

3 A Educação Superior

O Brasil é um país onde o ensino superior se estabeleceu tardiamente. Esse segmento da educação vem reproduzindo, desde a sua criação, um mesmo padrão de organização e de seletividade. Entretanto, na última década em especial, o papel da educação superior se alterou de forma substantiva.

Ao contrário do que permeou a sua história, a educação superior tem sido alvo de investimentos como em nenhum outro momento e, conforme apontado pelos organismos internacionais, assume relevante papel para a saída da atual crise mundial do capital.

Com base nessa premissa, a educação superior é assumida pelo Estado como um instrumento fundamental no combate às desigualdades sociais, e passa a ter uma importância estratégica para consolidar a Reforma do Estado. Esse processo tem íntima relação com a reconfiguração desse segmento, e se reflete nas atuais políticas educacionais.

Assim, nesse capítulo procuramos pontuar historicamente a evolução da educação superior e o contexto de criação das primeiras universidades brasileiras, com destaque para a UFRJ que, além de ser objeto de nosso estudo, tem inegável importância para a história da educação superior brasileira.

Buscamos ainda, abordar a reconfiguração que a globalização vem impondo em especial às universidades federais nos seus processos educacionais e no que diz respeito à sua essência enquanto instituição social e bem público.

3.1 Breve Histórico

O processo de formação da educação superior no Brasil tem estreita relação com a formação educacional das elites brasileiras, desde a época do Brasil Colônia. De acordo com os estudos de Carvalho (1996), um dos fatores que particularmente interferiram na configuração da educação superior foi a uniformidade da formação ideológica das elites coloniais, propiciada pela educação recebida diretamente de Portugal.

No Brasil, se desenvolveu de forma diversa em relação aos outros países da América Latina, pois no século XVI os espanhóis já haviam fundado universidades em suas colônias, sob o controle da Igreja. Contrariamente, no Brasil a colonização portuguesa teve como característica não permitir a existência de estabelecimentos de ensino superior na Colônia. A nosso ver, essa contextualização torna-se fundamental para que se possa compreender a singularidade que permeia este segmento da educação.

Segundo os estudos de Teixeira (1976, p. 48), até meados do séc. XVI a educação era para a catequese, para o clero e para uma mínima parcela da população que iria para Portugal, especificamente para a Universidade de Coimbra, iniciar a sua educação superior já que esta não era oferecida na Colônia. A educação era integralmente tarefa da Igreja e somente com a expulsão dos jesuítas começa a merecer a atenção do Estado.

A universidade de Coimbra, segundo Oliven (2002, p. 24), tinha papel fundamental para o Império português, significando a unificação cultural entre este e a Colônia, acolhendo a elite nascida no Brasil com vistas a “desenvolver uma homogeneidade cultural” que possibilitasse o controle aos questionamentos sobre a fé católica e a superioridade da Coroa portuguesa. O acesso a educação superior era restrito às elites e ao clero. Para Carvalho (1996), não havia interesse em que o acesso fosse ampliado já que, desta forma, era perpetuada a manutenção da estrutura social elitista e segregadora.

As primeiras instituições de ensino superior somente foram criadas no Brasil no início do séc. XIX. Sobre essas instituições de formação superior Schwartzman (1996) aponta que a transição para uma educação orientada à formação profissional tem suas origens no projeto de transformação da Universidade de Coimbra realizada ao final do século XVIII para livrá-la do domínio do ensino jesuíta e da tradição da contra-reforma. O projeto foi trazido por membros da corte de D. João VI, rei de Portugal, em sua vinda para o Brasil, em 1808.

Foi com a chegada da família real portuguesa ao Brasil que, segundo Oliveira (2011, p.97), foi acentuada a necessidade de formação de pessoal com estudos superiores que se encarregasse da defesa, obras públicas, saúde etc. Entretanto, apesar da necessidade apontada, não foram criadas universidades, e sim escolas isoladas, conforme aponta este autor (ibidem, p. 98):

Diante do total quadro de insalubridade e "depravações" verificado no Rio de Janeiro, agora capital do Império português, o príncipe regente D. João, cria os primeiros cursos de medicina, com decreto de 05 de novembro de 1808. Estes cursos deram origem a Academia Médico Cirúrgica, e esta, a partir de 1832, passou a constituir a primeira Faculdade de Medicina. [...] A nova realidade também imprimia a necessidade de obras e melhorias urbanas, além de novas elites militares que zelassem pela defesa. [...] Nesse quadro, em 4 de dezembro de 1808, foi criada a Academia Real Militar. Foi nesta Academia formalizado o primeiro curso de engenharia civil, que veio futuramente originar a **Escola Politécnica**.

Anos mais tarde foram criados cursos de Direito em Olinda e S. Paulo, e cursos de medicina na Bahia e Rio de Janeiro. Outros cursos avulsos foram criados em Minas Gerais. Cabe ressaltar que as primeiras faculdades brasileiras mantiveram-se independentes umas das outras e com orientação bastante elitista. Dória (1998, p. 53) ressalta que, nessas instituições, as personalidades acadêmicas eram também políticas pois as faculdades tinham uma "função de interface entre a oligarquia agrária e a burocracia estatal". Muitos dirigentes passavam a ocupar postos políticos, fato que, segundo o autor, é uma realidade que se propagou até hoje.

No período colonial, apesar de terem sido apresentados 42 projetos de universidade, segundo Anísio Teixeira (1988, p. 90), esta não foi criada no Brasil. Em seus estudos, Oliven (2002, p. 26) atribui esse fato ao alto conceito da Universidade

de Coimbra como fator que dificultou sua substituição em um país jovem como o Brasil.

Alguns estudiosos ainda apontam as divergências ideológicas de intelectuais da época como fator agravante para a não criação de instituições universitárias, entretanto as razões são diversas. Merece destaque a apontada por Anísio Teixeira (ibidem) no que se refere à identificação que a elite brasileira tinha com Portugal, de tal modo a sentirem-se também portugueses e, dessa forma, integrantes das instituições portuguesas e da Universidade de Coimbra. Chama a atenção para o fato do brasileiro da Universidade de Coimbra não ser um estrangeiro, mas um português nascido no Brasil que poderia ser professor, já que para ser professor bastava ser graduado.

Após a proclamação da República, as lideranças políticas republicanas que seguiam uma orientação ideológica com influências do positivismo, contribuíram, na opinião de Oliven (2002), para o atraso na criação de universidades, já que a consideravam como uma instituição ultrapassada, sendo favoráveis à criação de cursos profissionalizantes. Essas lideranças, conforme também pontuado nos estudos de Mendonça (2000), advogaram pela retirada dos entraves legais para a expansão da iniciativa privada no campo do ensino superior, que se tornou visível a partir 1870.

Conforme ainda ressalta Teixeira (1988), as escolas superiores criadas no Brasil, além de formação profissional também tinham a preocupação com a cultura geral. Assim, foram responsáveis pela “construção da cultura geral que o Brasil possui” (p.98), embora toda essa cultura fosse totalmente perpassada pelo que era disseminado na Europa, não refletindo a realidade brasileira, e desconfigurando nossas raízes culturais.

Nos primeiros anos do século XX, entre 1909 e 1912 surgiram as primeiras universidades brasileiras, porém como experiências localizadas de governos municipais e estaduais à revelia do poder central. Por essa razão, foram extintas em pouco tempo.

A primeira universidade brasileira foi criada em 1920⁵, no Rio de Janeiro, por decreto do governo central, reunindo faculdades já existentes e autônomas. Dessa forma, embora intitulada de Universidade, suas unidades mantiveram o funcionamento fragmentado, não possibilitando a interação entre elas.

3.2 O Século XX e a Educação Superior

Como aponta Fernandes (1975), mesmo após a República não houve mudança no padrão das escolas superiores, nem com a criação das primeiras universidades. Para o autor, a escola superior era "prisoneira de suas funções societárias" (p. 57), fato que a impedia de transformar-se e desvincular-se da natureza de sua relação com o sistema de poder dominante. Esse padrão só irá ser parcialmente alterado após a Revolução de 30, embora ainda não capaz de promover a transição entre a escola superior e a universidade integrada e multifuncional.

Após a criação da primeira universidade pelo governo central, em 1920, a partir da reunião das Escolas de Medicina e Politécnica e da Faculdade de Direito, esta instituição permaneceu caracterizada como um aglomerado de escolas, porém com funcionamento isolado e sem qualquer alteração curricular. Assim, não significou uma grande mudança para a educação superior.

Nesses mesmos moldes surge a Universidade de Minas Gerais, sete anos depois, por iniciativa do governo do Estado, como instituição privada que, anos mais tarde, foi federalizada.

Embora a implantação das universidades tenha sido tardia e sujeita à questões estruturais, a instituição universitária transformou-se em elemento central deste sistema de ensino. Segundo Charles e Verger (APUD Mendonça, 2000, p. 131) “mesmo as instituições não universitárias situam-se, em certa medida, em relação a

⁵ Dória (1998, p.51) considera que a criação da universidade tenha como marco a criação de cursos de Direito em Olinda e São Paulo, em 1832.

ele, em situação de complementaridade ou de concorrência mais ou menos notória”, o que significa que, mesmo as primeiras instituições universitárias não se configurando como tal, foram sempre dessa forma identificadas.

É importante pontuar que o contexto histórico dos anos 20 causou importantes transformações tanto no Estado brasileiro quanto na sociedade. Esse período é referido por Oliveira (2011, p.106) como o de ampliação dos movimentos sociais em prol da cultura, das ciências e da educação, tendo como marco a Semana de Arte Moderna. Mendonça (2000, p. 136) atribui ao período uma intensa mudança social, política e econômica ocasionada pelo crescente processo de urbanização e industrialização e ampliação das funções do Estado. Em meio à efervescência do período os debates sobre a universidade voltam a se intensificar. Essa retomada também foi acelerada pela recém criada Associação Brasileira de Educação.

Os grupos que compunham essa Associação, um formado por católicos e o outro por professores oriundos da Escola Politécnica, eram hegemônicos no que dizia respeito à preocupação com a formação das elites para que estas pudessem "orientar" a nação, porém com concepções diferentes.

Duas das universidades criadas nos anos 30, a Universidade de São Paulo (USP) e a do Distrito Federal (UDF), extinta anos depois por questões político-ideológicas, representaram respectivamente os ideais desses dois grupos distintos. Ambas os grupos eram renovadores⁶ e tinham a preocupação com o desenvolvimento da pesquisa e "com a ciência pura e desinteressada" (idem).

Com base nesses projetos e na tentativa de torná-los complementares, foi criado o Estatuto das Universidades Brasileiras⁷, em 1931. O Estatuto estabeleceu como finalidade do ensino universitário:

Art. 1º. O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios do conhecimento humano; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de

⁶ A USP foi criada em 1934 pelo grupo de intelectuais que se articulava em torno do jornal O Estado de São Paulo e a UDF, criada por Anísio Teixeira em 1935 no decorrer da reforma de ensino por ele empreendida enquanto Secretário de Educação no Rio de Janeiro.

⁷ O referido Estatuto vigorou até 1961.

objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da humanidade.

Art. 2º. A organização das universidades brasileiras atenderá, primordialmente, ao critério dos reclamos e necessidades do país, e, assim, será orientada pelos fatores nacionais de ordem psíquica, social e econômica e por quaisquer outras circunstâncias que possam interferir na realização dos altos desígnios universitários.

Pelo texto do referido Estatuto é possível visualizar que as relações entre as instituições e o Estado serão próximas, evidenciando a questão da pretendida autonomia universitária que vai perpassar essa relação.

Entretanto, com o advento do Estado Novo, a intenção do Estado passa a ser, de forma mais marcante, a de tutelar o ensino superior. Essa intenção é materializada pela transformação da Universidade do Rio de Janeiro em Universidade do Brasil (UB), em 1937, pelo ministro Capanema, aproveitando o autoritarismo do regime. Esta instituição passou a ser o modelo para a criação de todas as demais universidades do país. Essa tutela deveria ser exercida para que o governo federal pudesse formar as elites, de acordo com o que fosse conveniente para manutenção do regime ditatorial.

Cabe ressaltar que a UB tinha como objetivo secundário a pesquisa, e como objetivo fundamental ser instrumento no processo de unificação e homogeneização cultural, tal como foi a Universidade de Coimbra para os interesses de Portugal em relação ao Brasil na época imperial.

Conforme já apontado anteriormente, o fim do Estado Novo marca um período próspero para a educação superior. Em 1946 surge a primeira universidade católica que se tornou referência para a criação de outras no país.

O paradigma vigente para o ensino superior somente foi questionado em fins dos anos 50, com as exigências impostas pelo desenvolvimentismo que suscitava modernização desse segmento da educação para adequá-lo às novas necessidades sociais e econômicas do país. Cabe ressaltar que os órgãos centrais do governo foram contra mudanças muito profundas, já que os postos de poder ainda estavam entregues aos grupos que implementaram as políticas educacionais do Estado Novo.

Essa mudança foi encampada, primeiramente, pelo setor militar, com a criação de Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) em 1947. Apesar de estar voltado a atender às necessidades de formação de pessoal da Aeronáutica, essa instituição

rompe com a estrutura organizacional das instituições de ensino superior e, principalmente com as cátedras.

Para alguns autores este modelo seria o espelho daquele adotado, duas décadas depois, pela Reforma Universitária.

Ao final dos anos 50 e início de 60 algumas experiências apontam para mudanças no panorama do ensino superior, com a criação de universidades e Escolas Superiores. Conforme aponta Mendonça (idem, p. 141), as universidades públicas cresceram de 5 em 1945, para 37 em 1964 e, segundo aponta Martins (2009, p. 18), o número de matrículas aumentou quase dez vezes. As instituições isoladas, no mesmo período passaram de 293 para 564. As matrículas também demonstraram um elevado crescimento.

No início dos anos 60 instala-se o movimento de reforma universitária, constituindo-se como um movimento de professores e estudantes aliado a tendências modernizadoras .

Com o golpe de 64, o poder vigente passa a liderar a reforma universitária de acordo com os interesses da atual situação. Vários dispositivos foram implementados com a aprovação da Lei 5540\68:

- extinção do antigo sistema de cátedras e introdução da estrutura fundada em departamentos; unidade de patrimônio e administração; estrutura orgânica com base em departamentos reunidos ou não em unidades mais amplas; unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes e estabelecida a racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos; universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos; flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa.
- o departamento passou a constituir-se na menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didática-científica e de distribuição de pessoal, devendo englobar as disciplinas afins. Os

cargos e funções de magistério, mesmo os já criados ou providos, devem ser desvinculados de campos específicos de conhecimentos.

- a introdução da matrícula semestral por disciplinas e do sistema de créditos.
- a institucionalização da pós-graduação *stricto sensu*, por meio dos cursos de mestrado e doutorado no país.
- a instituição do vestibular unificado e classificatório, como forma de racionalizar a oferta de vagas.

Esta mesma Reforma, promovida pelo regime militar, preconizava que o ensino superior devesse ser ministrado, prioritariamente, em universidades, e só excepcionalmente em estabelecimentos isolados, fossem públicos ou privados. Entretanto, foi evidenciado em anos posteriores um aumento de instituições privadas que se estabeleceram definitivamente.

Sobre a Reforma Universitária, Pablo Gentili (2001, p. 36) aponta que, em relação a outros países da América Latina que vivenciaram um regime militar, o caso do Brasil é original, já que houve a preocupação em delinear uma política voltada ao ensino superior. Embora esta política, sob vários aspectos tenha qualificado a educação superior pública, não promoveu sua expansão qualificada para atender à demanda. Esse fato, na opinião do autor, contribuiu para a “disseminação descontrolada de empresas educacionais”. (p. 37).

Nos anos que se seguiram houve um crescimento acelerado das matrículas no ensino superior, em função do aumento do número de instituições privadas e de estabelecimentos isolados. Para Florestan Fernandes (1975, p. 38), este fato serviu apenas para promover, de forma pouco significativa, o aumento do número de alunos privilegiados que conseguiam acessar o ápice da pirâmide educacional. Dessa forma, não alterou a realidade de um ensino superior “ultra-elitista” e de “privilégio social” (p. 39 e 49), porém concorreram para aumentar as contradições já existentes no ensino superior brasileiro, criando novos mecanismos de tutelamento.

Para Martins (2009, p. 16), o ensino privado existente antes da reforma possuía caráter “semi-estatal” e este novo paradigma deveu-se às modificações ocorridas no

campo político e seus reflexos na formulação das políticas educacionais, aliadas às medidas repressivas adotada em relação a docentes e estudantes.

Alguns autores como o próprio Martins (2009), Cunha (1975) e Netto (2008), referem-se ainda à pressão exercida pela sociedade para a expansão do ensino superior, após o golpe militar, como fator marcante para o desencadeamento da referida reforma. Especialmente a classe média passou a considerar a educação superior como estratégica para ascensão social.

Nesse processo o que se desgarrava era precisamente uma franja das camadas médias urbanas para as quais, como se viu, o acesso ao nível mais alto do sistema de ensino institucional aparecia como instrumento central para incorporar-se à nova ordem. (Netto, 2008, p. 57)

A revolta estudantil ocorrida em vários países da América Latina, teve no Brasil a característica de também pressionar o governo para a reestruturação e expansão do ensino superior.

Em relação às universidades federais, essas passaram a ter um caráter seletivo em relação à ocupação das vagas e um elevado padrão acadêmico com a associação entre ensino, pesquisa e extensão. Esse novo padrão é apontado por Schwartzman (1989, p.3) como marco de uma mudança de polarização em relação ao sentido original, já que, nesse novo contexto, o ensino público passa a ser o mais elitizado, contrariando uma tendência anterior onde o ensino privado ocupava esta posição.

Sobre essa questão, o mesmo autor (ibidem, p. 6) ainda ressalta que, com a barreira do acesso criada pelo setor público e com a acirrada disputa por vagas, os segmentos de menor renda passaram a buscar o setor privado com baixas mensalidades e baixa qualidade. Ressalta a hipótese que, ao longo dos anos, tenham sido desenvolvidos produtos de melhor qualidade para um segmento de maior renda e que não tenha conseguido acesso ao ensino público.

Conforme aponta Martins (2009), a implantação do modelo da reforma contribuiu para limitar a expansão das universidades federais que, apesar de apresentarem aumento em suas matrículas, não foram suficientes para suprir a demanda pelo acesso, oportunizando a participação do ensino privado e tornando este

segmento um setor de investimentos extremamente rentável, conforme pontua Netto (ibidem, p. 62).

Em estudos voltados às políticas educacionais brasileiras, Fernandes (p. 51) enfatiza que estas não adotaram modelos próprios adaptados aos requisitos educacionais da democracia e do regime de classes, não se concretizando em pontos essenciais, apesar das influências dos mais variados contextos políticos e dos movimentos estudantis e de educadores..

A reconfiguração da educação superior, segundo as diretrizes da Lei nº 5540\68, manteve-se linear até o final dos anos 80, e ainda definem e orientam a atual estrutura e funcionamento da educação brasileira.

Atualmente, o Brasil conta com 109 universidades públicas e 91 privadas. Dentre as públicas estão as 57 Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. (Censo da Educação Superior – Sinopse Estatística, 2009 e Relatório de Acompanhamento do REUNI, 2010).

3.3

A UFRJ

Em 7 de setembro de 1920, o Governo Federal criou sua primeira universidade: a Universidade do Rio de Janeiro, atual UFRJ, reunindo vários cursos de formação.

A Universidade do Rio de Janeiro foi constituída a partir da reunião de três escolas: a Escola de Engenharia (criada a partir da Academia Real Militar, em 1810), a Faculdade de Medicina (criada em 1832, nas dependências do Real Hospital Militar, antigo Colégio dos Jesuítas) e a Faculdade de Direito (criada, em 1891, pela fusão das já existentes Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e a Faculdade Livre de Direito da Capital Federal).

Entretanto, embora tenha havido uma reunião de estabelecimentos, não houve uma relação de troca de saberes contemplada pelo conceito de universidade⁸, sendo esta apenas configurada na lei.

Em 5 de julho de 1937, a Lei nº 452 reorganizou e transformou a URJ em Universidade do Brasil (UB), incorporando a ela diversas unidades e institutos já existentes, nas áreas de Química, Filosofia, Ciências e Letras, Metalurgia, Música, prevendo ainda a incorporação de institutos colaboradores como o Museu Nacional (que foi depois anexado) e o Instituto Oswaldo Cruz.

Segundo Oliveira (2009), a Universidade do Brasil foi criada com a missão de ser modelo para as instituições universitárias existentes e as que fossem criadas futuramente. Nenhum curso superior poderia existir no país se já não existisse na UB. A universidade se destinava aos melhores alunos do país que passavam por rigorosos exames de seleção.

Assim, como bem coloca o autor, a Universidade do Brasil nasceu destinada às elites e para ser a expressão máxima dos saberes.

No que diz respeito às funções e ao papel da universidade, já naquela época opiniões se dividiam no que se relacionava ao desenvolvimento de pesquisa científica, como necessária à produção de conhecimento e a prioridade para a formação profissional.

No entanto, a institucionalização da pesquisa na universidade, considerada sua mais importante função, não chega a ser concretizada na década de 20, nem na esfera federal, com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, nem na estadual com a criação, em 1927, da Universidade de Minas Gerais, instituída segundo o modelo UB.

O Estado Novo suscitou reformas do ensino com vistas a adequá-lo às novas diretrizes políticas. A preocupação do Estado em relação à educação tinha ênfase na formação das elites e na capacitação para o trabalho como funcionais à “modernização” do país.

A partir de 1935, novamente é reorganizada a educação e, segundo indicado pelo então ministro Capanema,

⁸ Universidade é por definição uma instituição pluricelular de formação de nível superior, de pesquisa, extensão e de domínio do saber. (Wikipédia)

[...] a universidade federal deve constituir-se um ativo centro de pesquisas científicas, de investigações técnicas, de atividades filosóficas, literárias e artísticas, de estudos desinteressados de toda sorte, que a situem e definam como a mais alta expressão de nossa cultura intelectual (Brasil- MESP, 1935 apud Fávero, 2000).

Para Fávero (2000), o que mais chama a atenção durante o período do Estado Novo é o controle sobre as instituições universitárias, deixando de lado os princípios de sua autonomia.

Já na década de 60, as transformações políticas, sociais e econômicas, aliada às pressões do movimento estudantil, demandaram mudanças no ensino superior. Já no período do governo militar, a UB passa a ser denominada de UFRJ, a partir de determinação do governo em que as instituições universitárias e outras deveriam incorporar a palavra “federal” e o nome do estado onde estava localizada.

No ano de 1968 é implementado um conjunto de políticas educacionais direcionados à educação superior. A Reforma Universitária, como ficou conhecida, viabilizou importantes avanços para a UFRJ permitindo-lhe modernizar-se e tornar-se a grande universidade que é hoje, com elevado grau de excelência no ensino de graduação, pós-graduação e pesquisa.

A UFRJ hoje, possui cerca de 45.000 alunos de graduação, distribuídos por pouco menos de 100 cursos. É constituída por tradicionais “*campi*”: Praia Vermelha e Ilha do Fundão, pelo Campus UFRJ-Macaé e o pólo de Xérem.

Em suas unidades, ministra cerca de 100 cursos de pós-graduação *stricto-sensu*, alguns com conceito máximo no CAPES. Sua estrutura é bastante grandiosa no que se refere ao espaço físico, ao quantitativo de funcionários e alunos.

A excelência de seus cursos faz dessa instituição o “objeto de desejo” de muitos estudantes de todo o Brasil.

3.4 A Universidade e Globalização

Retomando historicamente o papel das universidades ao longo dos séculos, constatamos que desde o séc. XI quando surgiu, atravessou várias tentativas políticas e religiosas para sua retirada do cenário público. Reis, papas e mercadores conseguiram reduzi-la a um meio de imposição e censura dos “espíritos livres”. (Romano, 1998).

A partir do séc. XV, a universidade abandona a pesquisa para se firmar como detentora da verdade e dos saberes, com o apoio financeiro, político e doutrinário de reis e papas.

Segundo o autor (ibidem), a idéia de popularizar a ciência não encontrou apoio no contexto despótico da Revolução Francesa. Com o reinado de Napoleão, os intelectuais que o serviam imaginaram a universidade com a função de “policar os espíritos”.

Para autores como Gentili (2001, p.22) a universidade não teria sido preservada caso não tivesse “respondido às demandas societárias nas diferentes fases de sua longa história”. Assim, foram originados vários padrões de universidades.

A história das universidades brasileiras apresenta uma essência muito semelhante às da época de Napoleão, pois foram instauradas pelo governo federal para garantir um espaço público fundamentado nos interesses do Estado.

No que se refere às universidades públicas, campo empírico deste estudo, sempre foram uma instituição social, com reconhecimento público, com atribuições legitimadas e autonomia frente a outras instituições sociais. Desde sua criação, as universidades no Brasil tem sido expressão do saber e um espaço de luta política, já que como instituição social suas mudanças acompanham as transformações econômicas, sociais e políticas (Dória,1996 e Chauí, 2003), bem como as práticas do Estado.

Sendo o nosso objeto de estudo situado no âmbito da educação superior pública, não podemos deixar de destacar as questões que se relacionam à essas instituições frente às novas exigências impostas pela reestruturação produtiva, que se estabelece

no Brasil no início dos anos 90. Esse momento reconfigura a universidade enquanto instituição social, que passa a expressar todas as contradições desse novo contexto.

Para Gentile (2001, p. 25) “conhecimento e poder se interpenetram na sociedade contemporânea em todos os níveis, da esfera pública ao mercado, redefinindo o problema do público nas universidades e afetando sua missão social”.

Não só as instituições mas todos os aspectos da vida social são redefinidos, baseadas nas transformações produtivas.

Esse ajuste constituiu-se de profundas transformações nas formas de produção da vida humana em todas as suas dimensões, em razão da própria racionalidade da formação socioeconômica capitalista [...] adquirem dimensão mais ampla o desemprego, a desestatização\privatização do Estado e a terceirização da economia [...] esse processo de mercantilização provocou densas mudanças no *ethos* das instituições educacionais, por meio de suas relações com a sociedade e das reformas educacionais assentadas no trabalho abstrato, nessa nova forma histórica do capitalismo mundial e brasileiro; ou melhor, tendo-o como eixo central de sua estrutura e organização [...] (Silva Junior e Sguissardi, 2005, p. 29).

Para Behring (2002), fica evidenciado que um conjunto de fatores políticos, econômicos e sociais, desencadeados na década de 80, criou as condições propícias para a redefinição do Estado na década seguinte.

Na esfera da educação superior inicia-se uma nova fase de expansão, diversificação e uma "nova identidade: neoprofissional, pragmática, competitiva e submissa como jamais foi aos desígnios do mercado" (idem, *ibidem.*). Significa uma educação com um novo viés, embora com os mesmos objetivos que historicamente a conduziram: meio para consecução do desenvolvimento econômico, concebido pelo poder constituído.

Sobre esta questão é importante pontuar a afirmação de Dourado (2002, p. 241) em que a compreensão dos “mecanismos da reforma do ensino superior em sua relação com o processo de reforma do Estado é fundamental para o entendimento das políticas voltadas à educação superior”. Esse autor, bem como Sguissardi e Silva Junior (2005), apontam que a atual LDB apresenta íntima relação com as orientações do Banco Mundial, bem como as legislações que a sucederam.

Cabe ressaltar que, nesse contexto, a educação superior passa a ser vista como “passaporte” para o emprego e melhores salários.

Nessa nova pauta, a graduação desvaloriza-se e é flexibilizada, e as exigências do mercado passam às pós-graduações, reforçando a natureza mercantil da educação. A educação superior se reestrutura rompendo com a indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão e, na última década, formatando um processo de expansão da educação superior pública como meta governamental.

A universidade, enquanto reflexo da sociedade e do Estado, a partir desse período, espelha as mudanças sofridas pela educação que devem ser entendidas no âmbito da mudança da produção e reforma do Estado. Sguissardi (2000, p. 60), refere-se a esse processo como de “mercadorização da esfera pública”.

[...] as políticas públicas tornaram-se, com esta mudança, políticas públicas baseadas no paradigma da oferta do Estado.[...] as políticas para a educação superior são subsumidas a uma política de gastos, ao mercado e ao econômico, não se trata de política genuinamente educacional, mas de uma política econômica[...]

Para Chauí (2003), houve uma mudança da concepção da educação enquanto direito para uma outra que a designa como serviço.

A Reforma de Estado definiu a universidade como uma organização social e não como uma instituição social. Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma prática social determinada de acordo com sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular (p.24).

A educação superior e seu elemento mais central – a universidade – passam a se pautar por padrões organizacionais e pela idéia produzida da “sociedade do conhecimento”, regida pela lógica do mercado. Para Chauí (ibidem), dentro dessa perspectiva, a universidade passa a produzir conhecimento e informações para o capital financeiro. Enfrenta ainda o risco de se tornar empresa, vinculada diretamente a satisfação das necessidades do mercado. Hoje, não só no Brasil, essas instituições buscam a racionalização e estratégias de gestão que se adequem à multiplicidade de demandas e de público.

A principal tendência neoliberal, no que diz respeito à educação superior, objetiva unir o trabalho científico ao trabalho típico capitalista baseado na lógica mercantil, destruindo sua essência pública.

Hoje a universidade vive um momento de crise de seus paradigmas segundo alguns teóricos, agravado pela privatização dos saberes, a fragmentação em setores e a avaliação de resultados segundo critérios de mercado.⁹

Os estudos de Leher trazem ainda como paradoxo a autonomia universitária¹⁰. Tal autonomia se coloca como uma das medidas que favorecem a privatização e mercantilização das universidades públicas brasileiras, e que tem sido defendida pelo governo federal. Segundo aponta, esse paradoxo é apenas aparente pois essa mesma autonomia teria sido ressignificada pelos dirigentes brasileiros para que se situe como uma autonomia para interagir com o mercado (2001, p. 153)

Com as metas impostas pelo governo federal como parte da reforma educacional comandada por organismos internacionais, as universidades não têm alternativa senão assumir o papel que a sociedade espera delas, no que diz respeito à democratização do acesso e permanência. Embora não sejam responsáveis pela formulação de políticas educacionais, são consideradas como parte dos mecanismos de exclusão das classes menos favorecidas.

Para Santos (2005, p.8), a crise nas universidades públicas é resultante de diversos fatores, e os classifica como:

- crise de hegemonia, resultante das contradições entre suas funções tradicionais e as que ao longo do séc. XX lhe foram atribuídas, relativas à formação de mão-de-obra para o mercado. Sobre isso, o autor aponta que, a incapacidade desta em desempenhar satisfatoriamente esta função, levou o Estado a procurar fora delas os meios para atingir seus objetivos. Essa crise fez com que a universidade se transformasse em alvo fácil da crítica social.

- crise de legitimidade, pelo fato de ter deixado de ser instituição consensual em face da contradição estabelecida entre a histórica restrição de acesso e as exigências sociais e políticas de democratização e igualdade de oportunidade, principalmente para as classes populares.

⁹ Gentile (2001, p. 17) aponta que foi na Inglaterra, na década de 80, que começaram as políticas no campo do ensino superior que alteraram as regras do financiamento universitário e impuseram a hierarquização no interior e entre as universidades, por meio de processos de avaliação.

¹⁰ Em documento do Banco Mundial é afirmado que “Uma maior autonomia institucional é a chave do êxito da reforma do ensino estatatal em nível superior [...]” (La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia apud Leher, 2001, p. 162).

- crise institucional, pela autonomia requisitada para definição de valores e objetivos e a pressão crescente do Estado para submissão aos critérios de eficácia e produtividade. Essa crise é agravada pela dependência econômica desta ao Estado e a redução do compromisso deste com o bem público.

Apesar da importância da educação superior ser assumida e divulgada pelo governo federal é fato que a expansão desse nível de ensino vem se realizando pela via privada, já que das 2.252 instituições de ensino superior, 2016 são privadas (INEP, 2009)

A perda de prioridade do Estado em relação às universidades públicas é resultado da perda de prioridade nas políticas públicas, de forma geral.

Na universidade pública significou que as debilidades institucionais verificadas, em vez de servirem de justificação a um vasto programa político-pedagógico de reforma da universidade, foram declaradas insuperáveis e utilizadas para justificar a abertura generalizada do bem público universitário à exploração comercial (Santos, *ibidem*).

Dessa forma é expressa a idéia que, para o Estado neoliberal, a universidade pública é irreformável .

Aliado a esses apontamentos, estudiosos do tema consideram que a crise que assola as universidades também é resultado de fatores a ela intrínsecos, já que ao longo do séc. XX principalmente, o conhecimento científico gerado impôs um processo de produção de conhecimento, colocado de maneira não contextualizada em relação às necessidades da sociedade. Essa produção de conhecimento se realizou e foi irrelevante ter sido utilizada ou não por essa sociedade. Esse modelo também foi desestabilizado.

Um outro fator também vem sendo apontado como responsável por essa desestabilização: o impacto das tecnologias de informação e comunicação na proliferação do ensino à distância. O forte componente territorial da universidade, evidenciado na formação dos *campi*, tornou bastante intenso o formato presencial. A transformação da tecnologia em recursos pedagógicos se contrapõe a esse formato, na medida em que a exigência não é mais a da presença do aluno.

A reforma do Estado, operacionalizada a partir dos anos 90, insere as universidades em um contexto de exigências que são externas ao trabalho intelectual, e onde o conhecimento e informação passam a fazer parte do próprio capital.

Para Santos (2005), frente a essas transformações, cabe à universidade enfrentar de forma eficaz os desafios que a confrontam, tendo claro que, apesar das causas da crise serem múltiplas e virem de longa data, estão configuradas pela globalização neoliberal. Para além do imobilismo, a universidade deve maximizar suas potencialidades como forma de contrapor-se à crise, buscando atores capazes de levar a termo essa responsabilidade.

O único modo eficaz e emancipatório de enfrentar a globalização neoliberal e contrapor-lhe uma globalização contra-hegemônica. Globalização contra-hegemônica da universidade enquanto bem público significa especificamente o seguinte: as reformas nacionais da universidade devem refletir um projeto de país centrado em escolhas políticas que qualifiquem a inserção do país em contextos de produção e de distribuição de conhecimentos cada vez mais transnacionalizados e cada vez mais polarizados entre processos contraditórios de transnacionalização, a globalização neoliberal e a globalização contra-hegemônica. (Idem, *ibidem*, p. 55)

Partindo do pressuposto de Santos (*ibidem*) de que parte da crise nas universidades resulta do fato dela já ter se deixado cooptar pela globalização, só resta dar uma resposta ativa a essa cooptação, fortalecendo seu compromisso na formação intelectual e profissional e, principalmente, se articulando com a sociedade e a comunidade acadêmica.